

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



OS APRENDIZADOS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA

THE LEARNING OF PEASANT WOMEN IN THE FIGHT FOR LAND

Ivanilson Batista da Silva.

Eduardo Jorge Lopes da Silva

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma investigação concluída, em nível de mestrado, sobre os aprendizados das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra nos assentamentos Amarela I e II, no município de São Miguel de Taipu-PB. Objetivou compreender este fazer como ação e resultado das transformações sociais, no tocante à relação homem e mulher, tendo em vista que, no agir coletivo da luta, as mulheres reescreveram rotas que determinaram o seu protagonismo no processo da conquista da terra e da superação do machismo. Teoricamente, o presente estudo teve como fundamentos Caldart (2004), Freire (1987; 1992), Scott (1992; 1995) entre outros. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, com 4 mulheres camponesas. No ato de seu protagonismo, estas mulheres contribuíram, de forma pontual, para mudar a lógica cultural machista, a qual lhes condicionava à posição inferior frente aos homens. Logo, as lutas por elas empreendidas se caracterizam como um evento atual necessário para que, em sua plenitude, elas conquistem o direito à igualdade de gênero.

Palavras-chave: Camponesa. Terra. Luta. Aprendizado.

Abstract

This article presents the results of an investigation that has been concluded, at Masters level, about the learning of peasant women in the fight for the land in the settlements of Amarela I and II, in the city of São Miguel de Taipu-PB. It aimed at the comprehension of this as an action and a result of the social transformations, concerning the relation men and women, given that in the collective action of the fight, the women rewrote routes that determined their protagonism in the process of conquering the land and the overcoming of male chauvinism. Theoretically, the present study is based on Caldart (2004), Freire (1987, 1992), Scott (1992, 1995) and others. The data was collected through semi-structured interviews with 4 peasant women. In the act of their protagonism, these women contributed, in a specific way, to change the chauvinistic cultural logic that conditioned them to a less prominent position in relation to men. Therefore, the struggles they undertake are characterized as a current event necessary for them to attain their full right to gender equality.

Keywords: Peasant. Land. Fight. Learning.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Introdução

O presente artigo aborda o protagonismo das mulheres na luta pela terra, no Assentamento Amarela¹ I e II, município de São Miguel de Taipu-PB². O interesse por este assunto se deu por dois motivos. O primeiro deles, por entender que esta é uma questão relevante no que tange à exclusão social sofrida pelas mulheres na sociedade, principalmente entre as camponesas. Esse processo é decorrência de uma cultura machista e patriacalista que priorizou o homem como genitor e principal protagonista em todas as questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Porém, ao longo da história, estas mulheres vêm demonstrando, através dos movimentos feministas do campo e da cidade, que é necessária a luta contra a ordem dominante machista e excludente, a fim de mudar os estereótipos a elas atribuídos, como seres frágeis e que servem apenas para cuidar da casa e dos filhos. O segundo motivo, decorre do resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2011, para obtenção da Licenciatura em Pedagogia (PEC/MS)³, uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. (PRONERA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A pesquisa abordou o tema da formação da identidade camponesa e o caráter educativo da luta pela terra nos Assentamentos Amarela I e II, ambos no município anteriormente citado⁴. Na realização dessa pesquisa, percebeu-se que as mulheres

¹ O nome Amarela é decorrente de o solo ser composto de um tipo de barro de cor amarelada. A área, antes da luta, era conhecida como Fazenda Engenho Novo, pertencente à família Ribeiro Coutinho. No dia 12 de janeiro de 1995, foi desapropriada e recebeu nome Assentamento Amarela I e Amarela II. Fonte: Atas da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I, CNPJ: 97.549.350/0001.

² Pesquisa aprovada no Comitê de Ética da UFPB, no dia 19/03/2015. CAAE: 42471415.6.0000.5188.

³ Lê-se: Programa Estudante Convênio (PEC) e Movimentos Sociais do Campo (MSC).

⁴ Esse trabalho mencionado trata-se de uma monografia apresentada no ano de 2011 para obtenção da Licenciatura em Pedagogia PEC/MS. O objetivo geral foi investigar o processo de formação e solidificação da identidade camponesa construída na luta pela terra em Amarela I e II. Os sujeitos da pesquisa foram assentados.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



tiveram uma atuação expressiva quanto à organização e à participação na luta pela conquista da terra.

A partir deste resultado, foram instigados os seguintes questionamentos, os quais nortearam a pesquisa de mestrado: mediante a formação cultural machista societária, como as mulheres despertaram para atuar em um campo, majoritariamente, ocupado por homens? O que as levaram a deixar sua condição aculturada de donas do lar? A partir destas questões, debruçou-se sobre a temática apresentada neste trabalho para entender quem são estas mulheres e como construíram tal protagonismo.

A pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo, e, metodologicamente foi elaborado um roteiro para nortear as entrevistas realizadas com 4 mulheres: 3 residentes em Amarela I, e 1 em Amarela II. Essa escolha foi feita mediante a atuação delas na luta pela conquista da terra, como também a sua atuação junto à CPT e às organizações da Associação dos Trabalhadores Rurais, tanto de Amarela I como de Amarela II. Os depoimentos foram posteriormente transcritos exatamente como foram expressos.

No decorrer do texto fez-se uma reflexão sobre as organizações das mulheres camponesas e a Educação Popular (EP), focalizando o seu protagonismo na desconstrução do preconceito e do machismo na sociedade e a atualidade dessa temática para a EP. Por esse viés e à luz da teoria, buscou-se visualizar a atuação da mulher nas organizações sociais feministas. Reforçando essa discussão, foram tecidas algumas considerações sobre as contribuições da EP ao longo do desenrolar histórico, referentemente ao debate sobre igualdade de oportunidades, econômica, cultural, intelectual ou política. E, ainda, os aprendizados, em luta, compreendendo os saberes adquiridos por elas durante o processo de conquista da terra.

Outrossim, discorre-se, também, sobre a importância dos mencionados saberes na mudança da postura social e cultural das mulheres na sociedade. Esse movimento, por elas empreendido, resultou na transformação da ordem sociocultural vigente, na

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



qual elas eram vistas e entendidas como seres passivas e limitadas apenas aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos. Saindo dessa condição para a luta em defesa de seu “pedaço de chão”, elas mudaram não apenas o modelo fundiário monocultural imposto desde os tempos da colonização, como também transformaram uma ordem cultural machista que lhes condicionava ao ser menos.

As organizações das mulheres camponesas e o diálogo com a educação popular

Como afirmam Schneider e Machado (2006), o Movimento Feminista surgiu nos Estados Unidos da América, na segunda metade dos anos 1960, e se propagou pelos países do Ocidente. Devido às ações desse movimento, as mulheres deixam de se ver apenas como um ser dependente do homem, inferior e sem opinião própria sobre questões políticas e sociais.

Colling (2004, p. 31) ressalta que, “na década de 1960, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma”. Muitas foram caladas, da forma mais desumana, mas outras continuaram a luta pelo direito de ter direitos, negados pela sociedade patriarcal machista dominante. Em consonância com o ponto de vista de Castells (2002), é possível afirmar que o patriarcalismo pode ser entendido como uma estrutura em que a autoridade é imposta, de forma natural pelo homem, à mulher e aos filhos, do âmbito familiar às mais complexas relações sociais.

A história oficial foi escrita pelos homens e feita por eles, desconsiderando uma série de fatos referentes às mulheres. Para Conte (2009), as investigações históricas e científicas dizem que as mulheres não precisavam submeter seu corpo para ganhar a vida. O que se sabe é que, na sociedade primitiva, as mulheres desenvolviam papel de lideranças nas tribos e junto às clãs familiares, pois detinham conhecimentos ligados à técnica de agricultura e horticultura e produziam instrumentos para cultivo agrícola. Afirma Conte (2009, p. 4):

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Na sociedade primitiva, as mulheres detinham bem mais saberes acumulados necessários à sobrevivência, que os homens, por exemplo. Constatou-se que elas desenvolveram, além da técnica da agricultura e horticultura, os primeiros instrumentos para o trabalho agrícola, bem como para o preparo de alimentos. Criaram, também, técnicas de construção de abrigos, a cerâmica e a tecelagem. Junto a isto, as primeiras formas numéricas e o calendário, ligados a seu ciclo menstrual e à reprodução. Logo: as mulheres não estavam à mercê dos homens, uma vez que conheciam os mistérios da natureza, e deles, as possibilidades de cura, de vida e de morte.

Há mais de quinhentos anos se arrasta a exclusão de gênero. No século atual, porém, faz-se necessária uma mudança, principalmente no que se refere aos discursos de ordem machista que sempre representaram uma corrente de opressão, impedindo que as mulheres exercessem seu protagonismo nas questões sociais e políticas. Mas urge que as transformações se façam na superestrutura, como destacam Schneider e Machado (2006, p. 20): “É preciso mudar a superestrutura cultural psicológica da sociedade e, sobretudo, reinventar formas de produção e de exercício de poder que tenham as mulheres como sujeitas”. Ou seja, elas precisam criar seu próprio padrão social e político no desenvolvimento de suas ações, pois ainda se exige delas que, no exercício de um cargo público antes comandado por homens, assumam o mesmo comportamento deles. Assim procedendo, muitas vezes abafam a sua identidade feminina e se sentem, até, obrigadas a se masculinizar; ou mesmo se sentem impedidas de ter vaidades devido ao preconceito produzido por meio da linguagem que vai sendo naturalizada pela sociedade.

As mulheres, em especial as do campo, ainda enfrentam o preconceito de gênero. Por isso, essa questão tem sido discutida e enfrentada pelos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente a CPT, que tem buscado orientar as mulheres, inserindo questões de gênero na pauta de discussões no âmbito da luta pela terra. Com isso, várias mulheres são instigadas a participar da luta em defesa da terra. Nesse processo de afirmação do

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



protagonismo feminino, em vários estados a CPT serviu de alicerce para que estas mulheres fossem vistas como sujeitos participantes do exercício pleno da cidadania. Através dela, surgiram várias organizações de mulheres, como assegura Ferreira (2009b, p. 272):

Entidade rural ligada à Igreja Católica, a CPT também desfruta do privilégio de ter sido a primeira organização pastoral a introduzir a discussão de gênero nos debates de formação religiosa. Desta discussão que, longe de arrefecer, permaneceria em pauta ao longo desses anos, participariam, inicialmente, várias camponesas do Brejo paraibano que criaram, em 1981, dentro da própria CPT, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo.

Nesse contexto, as mulheres camponesas começam a exercer seu protagonismo, influenciado principalmente pela ala progressista da Igreja Católica. Esta, embora não abdique da sua visão restrita e conservadora sobre as questões sexuais, privilegiando os homens e coibindo as mulheres da participação na construção social da história, alusivamente às relações de igualdade entre homens e mulheres, promove a discussão pleiteada por alguns representantes progressistas desta Instituição. Dessa maneira, desperta a consciência social e política das mulheres. Com o total apoio da CPT na luta pela terra, elas assumem seu papel social, reivindicando direitos de igualdade em relação ao homem, bem como participação política. “A atuação de forma efetiva das mulheres camponesas começou a ser desencadeada na segunda metade da década de 1970, pois as maiores conquistas delas se deram no centro urbano” (FERREIRA, 2009a, p. 262).

No MST, as mulheres desempenham um papel fundamental na luta pela terra e na luta por educação no/do campo (CALDART, 2004). As discussões sobre gênero, no âmbito do movimento, começam a ser promovidas em meados de 1990, em que: “O setor de Gênero do MST é fruto de uma longa trajetória de luta das mulheres sem-terra por maior participação no MST, para conquistarem mais oportunidades de serem dirigentes e militantes do movimento” (MST, 2010). Dessa forma, as mulheres no MST

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



sentiram a necessidade de criar um setor que tratasse especificamente das questões de gênero. Isso ocorreu no ano de 2000, quando elas perceberam a importância da participação, com vistas a elevar o nível de consciência das mulheres e da sociedade em geral. Sob esse ponto de vista, por meio da participação, elas começam a mudar estruturas hegemônicas de ordem machista. Na busca pela liberdade, engajaram-se na luta política e social, passando a questionar a sua própria condição de ser mulher, ou seja, os papéis sociais aferidos a elas (BEAUVOIR, 1970).

Nesse sentido, Schwendler (2009, p. 208) esclarece:

A participação das mulheres nas diferentes instâncias na luta pela terra, assumindo uma identidade própria, como “mulheres sem-terra”, tem possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política. Segundo Pinto (1992), com a inserção das mulheres nos movimentos sociais de caráter popular, elas deixam de atuar apenas nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família e seu entorno; passam a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens, como é o caso do Coletivo de Gênero, criado em 1996 dentro do MST, e, ainda, passam a questionar a própria condição de mulher.

As mulheres, em especial as do campo, foram sumariamente oprimidas: primeiro, pela cultura societária de cunho machista; segundo, no âmbito familiar, pelos homens de sua família; por último, pelos seus companheiros e esposos. Todavia, mesmo nesse ambiente hostil, elas se organizaram, foram à luta e não se curvaram diante das correntes da opressão. Dessa forma, criaram um caminho em meio aos espinhos. O ir à luta se caracteriza como condição *sine qua non* para a libertação. Entretanto, esse processo de negação e afirmação, importantíssimo na conquista da libertação, não foi/é fácil. Acerca disso, Paulo Freire, no livro *Pedagogia do Oprimido*, esclarece: “a libertação, por isto é um parto. É um parto doloroso” (FREIRE, 1987, p. 35).

Antes de prosseguir, vale esclarecer que não se fala do tema gênero, vendo-se os homens como inimigos das mulheres. O que se constata é que a opressão sobre elas se constitui de forma conjunta e relacional, embora o sexo masculino sempre tenha se

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



beneficiado da anulação do sexo feminino no tocante à participação deste na construção da sociedade. Na afirmação de Freire (1987), o oprimido hospeda o opressor em si. E, segundo Bourdieu (2002), por meio dessa hospedagem, acabam naturalizando as ações de dominação sobre si. Mediante essa pré-condição, muitas vezes o oprimido acaba por relutar a fazer parte do processo em favor da sua própria libertação, como se observa nas entrevistas realizadas com as mulheres de Amarela I e II. Muitas delas não quiseram participar da luta pela conquista da terra, pois entendiam que era um espaço dos homens e que deveriam se ocupar com os filhos e o lar. Conforme assevera uma das protagonistas dessa luta, na citação seguinte,

As mulheres que não participaram da luta eram porque os maridos não deixavam, outras por que acreditavam que nós não iria conseguir. E as outras pelo comodismo. Ainda hoje existe em algumas pessoas, é uma das coisas que atrapalha. Achavam que mulher não pode lutar, que mulher não tem direito, que mulher tem que ficar na cozinha (Joana de Amarela, em 28/08/2015).

Condicionadas a este saber, muitas mulheres de Amarela I e II não conseguiram romper com as amarras culturais que determinavam o seu lugar na sociedade. Nesse caso, o de donas do lar. No entanto, outras, orientadas pelos princípios da libertação e autonomia do ser, romperam com os estereótipos aferidos a elas e foram à luta pelos seus direitos. No caso delas, isso só foi possível a partir da união de todos, ou seja, dos integrantes do grupo de homens e mulheres que participaram da luta em prol da conquista da terra. Daí, então, as mulheres tomaram consciência das amarras culturais impostas e também da consciência de classes sociais historicamente excluídas.

Os postulados teóricos com relação à categoria de gênero se consolidam por intermédio de duas afirmativas básicas: a primeira, de que homens e mulheres não se separam; a segunda, de que todas as questões referentes à exclusão da mulher e socialmente produzidas ao longo do tempo se deram de forma unificada, numa

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



construção social que precisa ser desconstruída por mulheres e homens.

Demasiado recente para que pudesse entrar nos dicionários ou na Encyclopedia of Social Science – as feministas começaram a utilizar a palavra gênero mais seriamente, num sentido mais literal com uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1995, p. 3).

Tomando como base a citação acima, percebe-se que a questão de gênero possui três categorias de análises classificadas em duas vertentes de pensamento, segundo Joan Scott: as realizadas pelas teorias do patriarcado e pelas pesquisadoras marxistas e as realizadas pelas análises psicanalíticas.

No entanto, Scott ressalta que o termo *gênero* não pode estar dissociado das questões inerentes à construção social de homens e mulheres. Não se pode entender esse termo apenas como se tivesse falando das mulheres, haja vista existir também uma relação social e cultural entre eles, no seu fazer histórico. Por outro lado, muitas postulações sobre a temática fizeram esta separação ligada às explicações biológicas. Esta concepção se desfaz nas palavras de Scott (1995, p. 6):

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “conteúdos culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Scott também fala que os historiadores e as feministas têm postulado uma série de abordagens sobre a análise de gênero, resumida em três posições teóricas:

Os/as historiadores/as e as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. [...] **A primeira**, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. **A segunda** se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. **A terceira**, fundamentalmente dividida entre os pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (object-relation theories) se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p. 8, *grifos nossos*).

Não se pretende, neste artigo, aprofundar essa temática. Ela apenas é balizada como elemento norteador da compreensão das questões de gênero no tocante aos postulados históricos da Educação Popular. Para que essas questões fizessem parte das discussões neste campo de pensamento, foi necessário se proceder a um balanço paradigmático, metodológico e teórico da EP. Novos territórios foram surgindo, dentre eles a temática referente às mulheres, aos indígenas, aos meninos e meninas de rua, aos camponeses, aos negros, ao campo das emoções, assuntos que foram deixados de lado no campo da investigação da Educação Popular (GHON, 2002; STRECK, 2013; PUIGGRÓS, 1994).

Assim, com o surgimento de novos espaços, novas discussões e metodologias precisam ser efetivadas, para que a EP continue a dar resposta aos sujeitos sociais e a contribuir para emancipá-los. Joan Scott fornece embasamentos acerca da aquisição de novos sentidos pelos vocábulos ao longo do tempo, sendo necessário considerar todo um contexto histórico de mudanças. Segundo ela: “aquelas pessoas que se propõem codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 2). E, no caso da EP, as discussões concernentes a gênero surgiram a partir dos anos 1980, de acordo com Puiggrós (1994).

Tendo em vista os novos contextos em que se insere a EP, o debate mais aguçado sobre a mulher como objeto de estudo é preocupação dos educadores populares e tem como referência o Seminário sobre Educação Popular em América Latina y el Caribe, realizado em La Paz, Bolívia, no período de 9 a 14 de julho de 1990. Nesse evento, houve o interesse de se compreender a dinâmica das mulheres ao longo do tempo, como também o seu fazer através de suas vivências e experiências, decorridas de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



sua atuação junto aos movimentos sociais de mulheres ao redor do mundo (GADOTTI; TORRES, 1994). Ou seja, o coletivo de mulheres despertou, nos estudiosos das ciências humanas e sociais, o interesse por suas questões, buscando, dessa forma, entender as suas reivindicações.

De acordo com Gadotti e Torres (1994), Guzmán (1994) e Paiva (1986), a partir dos anos 1990, os educadores populares se voltam para o entendimento de outras formas de organização social, deixando de lado a unificação das massas, pensada segundo os ditames ditatoriais vivenciados na América Latina. Como já não existia uma unidade de pensamento, nem se tinha um inimigo ou apenas um opressor comum, a EP, propondo-se analisar as opressões na sociedade, no âmbito dos grupos e dos direitos humanos, começa a participar desse debate, no sentido de compreender as necessidades dos povos e promover as transformações sociais necessárias a uma vida mais humana e igualitária.

Assim, ao longo das últimas décadas, as mulheres vêm se fortalecendo, cada vez mais, como objeto de interesse da EP. Fleuri e Muraca (2013) indicam que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) tem sido um espaço para discutir gênero, exclusivamente no grupo de trabalho GT 23, dirigido às relações de gênero e sexualidades. O GT 06 de Educação Popular também tem contribuído muito para elevar a reflexão sobre as relações de gênero, “que, no início da década de 2000, tem contado de modo mais constante com trabalhos relativos ao tema” (FLEURI; MURACA, 2013, p. 96). Este é um dos espaços onde são analisados os aprendizados das mulheres, resultados de suas vivências e experiências nos movimentos de mulheres de diversos países.

No item seguinte, apresentamos um recorte do resultado da pesquisa de mestrado sobre o tema em foco, cujo objetivo foi analisar como se deu o aprendizado das mulheres do Assentamento Amarela I e II, no percurso da luta pela terra, em solo



machista.

Os aprendizados das mulheres em movimento

Na participação efetiva em ações dos movimentos sociais é possível identificar um processo educativo que desperta nos sujeitos uma nova visão de mundo, um novo modo de agir. Daí o surgimento da ideia de que, através da luta é possível mudar as condições de vida, enfim, constituir novas identidades (CALDART, 2004). Isso acontece por intermédio das práticas educativas vivenciadas no processo da luta, nas quais se reflete sobre as condições de vida e de opressão que se vive e também se aprende que, juntos e organizados, os camponeses e as camponesas podem mudar a opressão do latifúndio e construir, na terra, um território de vida e de esperança, onde haja novas relações de gênero ancoradas no respeito e cuidado.

Portanto, a partir desse movimento não formal de aprendizagem, identificam-se os saberes adquiridos pelas mulheres no processo de luta pela conquista da terra, como também as transformações das relações sociais existentes nos Assentamentos Amarela I e II. Isso só foi possível com a participação das mulheres. Segundo Joana de Amarela (17/07/215), “*nossa luta não foi só pela terra, mas pela liberdade das mulheres do assentamento; e hoje já temos uma nova mudança⁵ no assentamento*”. Assim, na luta, as mulheres compreenderam o significado do ser, no sentido pedagógico do seu fazer diário, fazer dentro dos mutirões, junto às comissões e na associação.

As mulheres participavam de reuniões de comissões de mutirões. Muitas vezes nós mulheres enfrentávamos os capangas, porque nós tinha que ficar de frente. Então, assim foi uma história das mulheres do assentamento. Foi assim essa luta de participação das ações no momento que era luta, né? Era um grupo de mulher que participava e se fortalecia, uma com a outra. Também, existia muito preconceito.

⁵ As mudanças que a camponesa entrevistada se refere estão consolidadas na conquista da terra, moradia e nas próprias relações de gênero existentes na comunidade. Após a luta, as mulheres tiveram visibilidade dentro do assentamento e passaram a ser vistas como responsáveis por outras funções para além da de cuidadora de crianças e do lar.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Naquele momento, já existia muito preconceito. Porque mulher não podia lutar. Mulher não tinha direito a ser a titular da terra. E nós, com nossa participação, nós quebramos um pouco esse preconceito. Sabendo que ainda existe um pouco, mas, nós mulheres que lutamos aqui em Amarela, conseguimos quebrar um pouco esse preconceito e participar e buscar nossos direitos como camponesa (Joana de Amarela, em 28/08/2015).

Os aprendizados vivenciados e construídos no coletivo das mulheres se consolidaram junto às comissões e mutirões onde elas aprendiam a se posicionar, organizar, animar e gerenciar os grupos em defesa de seus direitos. Igualmente, percebiam a importância de seu protagonismo na luta pela conquista da terra. Por essa atuação, enfrentavam o preconceito cultural machista. Mas, aprenderam que elas mesmas eram sujeitos das mudanças que desejavam, e, assim, foram desconstruindo os rótulos existentes acerca da importância da luta dessas mulheres para se compreenderem enquanto ser e agente social modificador da realidade. No protagonismo, elas estabelecem novas relações de gênero. Dessa forma, conquistaram o lugar delas dentro do assentamento, desencadeando novos aprendizados, como pode ser constatado na seguinte declaração:

Meu irmão, eu aprendi tanta coisa boa. É assim, porque a gente quando vivia em casa, não sabia de nada! Depois que a gente começou, entrou na nossa luta da terra, a gente começou saber os direitos que a gente tinha, que a gente vivia em casa, não sabia que a gente tinha direito da terra, não sabia que a gente tinha direito de nada que tinha. A cidade, pra gente aqui, era um bicho de sete cabeças, né? Mas, graças a Deus, a gente aprendeu que a gente tem direitos de ser tudo. De ser uma presidenta de Sindicato, presidenta de Associação, de tudo. Que nada disso a gente sabia. Foi através da luta que a gente soube; nesse aprendizado que eu fui também até tesoureira da associação, formemos (sic) associação; que a gente sabia que associação era só pra os homens. Mas, através da luta da terra, que a gente conseguiu que as mulheres participassem da associação de Amarela, que era Amarela I e II, uma associação pra duas. Agora foi dividida, né? E nossos direitos que, graças a Deus, a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



gente conseguiu (Rosinha, em 10/08/2015).

Os aprendizados mencionados pela camponesa resultaram em mudanças socioculturais nos assentamentos. E podem ser categorizados da seguinte forma: direito à terra, de participar, exercer e intervir; no sentido do ser, mas sem as limitações culturais, nas organizações institucionais locais, pois elas entendiam que esses espaços eram apenas dos homens. As mulheres, hoje, olham para si mesmas de modo diferenciado. Como ser, agente produtor da história, entenderam que suas conquistas são fruto de seu que fazer. Dessa forma, também foram se fazendo pela pedagogia da luta propulsora de uma nova consciência do ser mulher, detentora de direitos e deveres. A esse respeito, Rosinha (em 10/08/2015) ratifica:

O maior aprendizado que considero, hoje, foi eu ter lutado pela minha terra, hoje eu ser posseira da minha terra, que a qual a gente nunca pensou em ter não. Foi saber que tinha direito, que a gente nunca sabia que tinha, e nós temos.

Elas, nesse processo de conquista da terra, aprenderam não só a compreender os seus direitos, como também a respeitar a natureza, a terra, o seu semelhante. Perceberam que a luta por seus direitos e por sua liberdade se dá de modo coletivo, entendendo que só a participação pode lhe proporcionar isso, como reforça, ainda, Joana de Amarela (em 17/07/2015):

Assim são várias coisas que a gente aprende, aprende a reivindicar nossos direitos, a ser mais camponês, a ver as mulheres com os mesmos direitos de ter voz e vez. Eu vejo assim. Eu aprendi muito a ser livre, lutar por nossos direitos, a ser mulher que luta, conquista que tem direitos e deveres.

Nesse sentido, as mulheres foram percebendo a relevância de lutar por seus direitos, a importância de suas opiniões, ou seja, compreenderam, também, a relevância de seu que fazer, de sua atuação na comunidade onde vivem. Aprenderam que são sujeitos históricos importantes e que precisam intervir na construção da sociedade,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



tendo em vista os longos anos de exclusão, quando foram vilipendiadas no direito de participar das atividades políticas e sociais do lugar onde viviam. Tal fato aconteceu em decorrência de uma intensificação do preconceito cultural que determinava o lugar da mulher e os espaços nos quais elas podiam atuar. Quando se propuseram a sair da condição de dona do lar, mudaram o curso de suas próprias vidas, vindo a ser protagonistas de suas famílias e de sua comunidade.

Nessa direção, afirma de Lia Antero (em 29/08/2015),

Hoje as mulheres se organizam, sabem o direito que têm. Porque, naquela época, meu Deus! Se tivesse uma mulher no meio, perguntavam logo, por que as mulheres vieram? Para quê? As mulheres precisam aprender nada não. Hoje, posso dizer que a luta venceu o machismo! Eu me sinto realizada com o trabalho que foi feito com as mulheres, em conjunto com os homens. Porque hoje as mulheres saíram daquela história da cozinha para fazer suas coisas. Vamos dizer assim: hoje elas podem dizer, eu vou montar uma barraca e vender minhas coisas para ganhar meu dinheiro. Eu vou aprender pintar, bordar, costurar, pra ter meu dinheiro.

O depoimento de Lia de Antero denota que as mulheres passaram a entender seu lugar na sociedade por meio da luta pela terra. O ato de participar dessa ação promoveu o empoderamento de suas atitudes, no âmbito do ser e fazer. Consubstanciada nessa discussão, Dona Moça (em 03/09/2015), assim relata: “*Eu aprendi muita coisa com a luta. Descobrir os direitos que nós temos, né? Nas reuniões, aprendemos a nos orientar*”. A luta pela conquista da terra em Amarela foi provedora de vários aprendizados: reconhecimento do ser camponesa, no sentido da classe, entendimento dos espaços de atuação da mulher na sociedade, união, a aquisição pela terra de um significado natural, social, político e econômico. A esse respeito, Joana de Amarela (em 28/08/2015) assevera:

Para mim a terra significa a minha mãe. É a mãe de nosso sustento, é a mãe de nossos filhos. Dela, a gente tem a aprendizagem da natureza. Ver a natureza vivendo, e nós vivendo com ela. E a terra

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



significa muitas coisas em nossas vidas. A gente aprende a zelar, por ela ter respeito, e cuidar para que ela não morra. Porque, quando ela morre, a gente morre junto. Nós morremos juntos! Hoje, uma das aprendizagens minha foi que aprendi a trabalhar agroecologicamente, trabalhar a agroecologia na minha parcela.

Nessa citação, a camponesa compreende que a terra é mais que a substância material que a compõe, ou seja, existe um sentido pedagógico de aprendizados que determina ser ela o lugar de trabalhar, de morar, de viver e de morrer. Este saber só se tornou possível a partir do processo de luta pela conquista do lugar onde elas produziam sua cultura, em suas vivências cotidianas. Caldart (2004, p. 333), discorrendo sobre a importância da pedagogia da luta social na formação dos sujeitos, faz as seguintes considerações:

Quando a vida está por um fio, o ser humano é mexido desde a raiz. Quando isso acontece como parte de uma luta social, essa transformação pode afetar uma sociedade inteira. Como não perceber a educação acontecendo nisso? E como não perceber que identifica a formação humana em um tipo de socialização que não é da ordem, mas da contraordem, que não ensina mas sim problematiza e reinventa valores, através do aprendizado coletivo das possibilidades da vida.

Nos discursos das camponesas, percebe-se que a luta pela libertação não foi/é uma tarefa fácil. No depoimento de Joana de Amarela (em 28/08/2015) essa luta aconteceu, por meio da mobilização, da solidariedade e da união das mulheres e familiares.

Aprendemos com a luta a se unir mais um pouco e lutar pelos nossos direitos, a buscar informações. Como a união faz a força, a gente conseguiu unir mais as mulheres, as famílias e ir em busca de algo melhor para nossa família; quando a gente começou a lutar e fomos buscar nossos direitos, por que a gente achava que a gente poderia lutar e conseguir a terra. Então, por isso, houve uma luta, houve mutirões, houve ameaças, houve pessoas que apanharam dos capangas, houve vários capangas com arma pesada, houve tiro, pessoas foram baleadas. Alguns com bala de borracha, outros com bala de verdade. O tiro perfurou a perna de uma moça. Houve prisão,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



muitas prisões. Assim, muitas ameaças, a gente passou por muitos momentos difíceis na luta. Para conseguir a terra. Mesmo assim, eles sabendo que a gente tinha direito. Eles sabem. Mas a gente lutou e conseguimos, mas não foi fácil, foi difícil, foi com perseguição, foi com muitas reuniões, muitos mutirões e conseguimos chegar até aqui. Conquistamos a terra, moradia, escola para nossos filhos. Formamos Associações e grupos de mulheres de jovens. As mulheres conseguiram formar grupos, por que era muito difícil, mas a gente conseguiu fazer. E hoje, estamos aqui. Ainda falta algumas coisas, mas conquistamos muitas coisas com a luta.

A camponesa compreende que a união foi a força motriz das conquistas sociais; entende a necessidade de lutar pelos direitos negados; que a resistência foi o elemento principal para conquistar a terra; e, a organização, o meio pelo qual se pode continuar resistindo e sobrevivendo na terra, assegurado pelos direitos básicos como: saúde, educação, segurança e políticas públicas específicas. O discurso da camponesa demonstra como a luta foi importante para desmistificar um ideário social de negação do ser, de acordo com o qual eles/as eram submetidos ao mando e ao desmando: primeiramente, dos esposos e companheiros; em seguida, do patrão.

O protagonismo delas foi libertador, permitindo-lhes a conquista do direito de ser mulher, agindo e contribuindo com a sociedade. A luta é provedora de um novo ser mulher, no sentido do *ser mais*. A partir desse engajamento, elas passam a enxergar o mundo de “ponta-cabeça”. Já não são mais dominadores e dominados, todavia se reconhecem enquanto dominados, a fim de modificar sua condição de opressão e conquista autonomia a partir de sua práxis transformadora. Entendem que isso só é possível por meio da luta organizada e coletiva, conforme expressa Rosinha (em 10/08/2015):

Aí... ali a gente foi começando ver os direitos que a gente tinha, que a gente não sabia que não é só pra os homens. Do jeito que os homens têm direito, as mulheres têm. Graças a Deus, arrumemos (sic) um grupo; esse grupo a gente continuou, conseguimos! Até que um dia a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



nossa terra foi desapropriada com a luta de todo mundo.

A fala de Rosinha elucida dois aprendizados importantes: o reconhecimento de classe camponesa que tem seu direito à terra, e ao reconhecimento de gênero, enfatizando que os direitos devem ser esferas igualitárias entre homens e mulheres. A partir desse ponto de vista e orientadas pelos sentimentos de pertencimento, as mulheres foram modificando rotas padronizadas ao longo do tempo. O protagonismo delas não só modificou o cenário local da ordem hegemônica de segregação da classe camponesa historicamente excluída, como também os postulados culturais que sempre privilegiaram os homens em detrimento das mulheres.

Nessa compreensão, o protagonismo das mulheres na luta foi a força-motriz no despertar da consciência do ser, no sentido da participação, organização e intervenção nas questões referentes às transformações sociais. Dessa forma, elas conseguiram mudar, mesmo de forma pontual, os olhares sobre as mulheres dentro dos assentamentos, fazendo-se compreender que sua atuação não se resume apenas aos cuidados doméstico ou familiar, mas perpassa todo esse postulado cultural e atinge as esferas, sociais, políticas e econômicas da sociedade e das comunidades onde vivem.

Considerações finais

As análises realizadas neste artigo voltaram-se, sobretudo, para compreensão dos aprendizados das mulheres camponesas na luta pela terra. Por esse caminho, percebe-se que as mulheres foram se construindo em todo processo e assim foram vencendo os obstáculos que lhes condicionavam ao ser menos.

Com base nisso, afirma-se que a construção social desses saberes pelas mulheres só foi possível graças ao engajamento delas na luta pela conquista da terra em Amarela I e II. Sem este protagonismo, elas não teriam rompido com as amarras culturais que lhes condicionavam sempre ao conformismo e à acomodação que, na sua formação

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



sociocultural enfrentaram, sobretudo, o coronelismo patriarcal, que tinha sempre o homem como ser gerenciador de todas as atividades públicas e políticas, com o poder de transitar em todos os espaços, enquanto que elas se conformavam em apenas cuidar dos filhos e do lar.

Considera-se que os aprendizados individuais e coletivos, no processo do protagonismo das mulheres em luta, resultaram na elevação da consciência de gênero e de classe. E quanto às rupturas que as camponesas não conseguiram empreender, seja no campo cultural, social e/ou político, elas ainda precisam ainda ser travadas para que a libertação das amarras sexistas e machistas aconteça de forma plena.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARELA I e II, CNPJ. 12.914.503. **Informação e documentação:** Citações em documentos. Apresentação. São Miguel de Taipu-PB, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARELA I. CNPJ. 97.549.350/0001. **Informação e documentação:** Citações em documentos. Apresentação. São Miguel de Taipu-PB, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner, 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002 (Volume II.).

COLLING, Ana Maria. Gênero e história, um diálogo possível? **Revista Contexto & Educação**, v. 71/72. Ijuí, jan/dez, p. 29-44, 2004.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



CONTE, Isaura Isabel. Retalhos de História das Mulheres Camponesas. **Revista Semina**, v.8, n. 2, 2009.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Sousa. Gênero e exclusão: protagonismo das mulheres camponesas no combate à exclusão social. In: RICHARDSON, Jarry Roberto (Org.). **Exclusão, Inclusão e Diversidade**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2009a.

_____. Entre o velho e os Novos Movimentos Sociais: A disputa de representações da trajetória política-educativa de Margarida Maria Alves (1933-1983). 2009. 145 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2009b.

FLEURI, Reinaldo Matias; MURACA, Mariateresa. Um Enfoque feminista da perspectiva político-pedagógica freiriana. In: STRECK, D. R. e ESTEBAN, M. T. (Orgs). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Rio de Janeiro, Vozes 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. Educação popular em América Latina: crítica y perspectivas. In: GADOTTI, M. e TORRES, C.A. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

GHON, Maria da Gloria. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 1, p.53-77, dez., 2002.

GUZMÁN, Virginia. Mujer, desarrollo y educación popular. In: GADOTTI, M. e TORRES, C.A. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-(MST). **O Setor de Gênero do MST**, 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>>. Acesso em 08 de maio de 2015.

PAIVA, Vanilda. **Dilemas e perspectivas da educação popular**. Rio de Janeiro: Gaal, 1986.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



PUIGGRÓS, Adriana. História y perspectivas de la educación popular latino-americana. In: GADOTTI, M. e TORRES, C. A. **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-79, jul/dez. 1995.

SCHNEIDER, Liana; MACHADO, C. J. dos S. (Org.) **Mulheres no Brasil: resistências, lutas e conquistas**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2006.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: dilemas e conquistas. In: MANÇANO, Fernandes, MEDEIROS, Leonilde Servolo, PAULILO, Maria Ignez (Orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo** – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

STRECK, Danilo. Territórios de Resistência e Criatividade: reflexões sobre os lugares da EP. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Sobre os autores

Ivanilson Batista da Silva

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da rede municipal de ensino da cidade de São Miguel de Taipu-PB. E.mail: ivanylsonbraga@hotmail.com

Eduardo Jorge Lopes da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, linha de pesquisa em Processos de Ensino-Aprendizagem. Lotado no Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação-UFPB. E.mail: eduardojorgels@gmail.com

Recebido em: 26/12/2017

Aceito para publicação em: 15/01/2018